

FORTALECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS NO BRASIL: um estudo regional¹

Devancyr A. Romão²
Denyse Chabaribery³
Maurício de Carvalho⁴
Michele Roth⁵

"Unir as comunidades em um projeto comum que assegure a cidadania e o trabalho digno, respeitando o meio ambiente e que sejamos respeitados pelo poder público"

1 - INTRODUÇÃO

A frase acima traduz a essência da motivação que levou comunidades rurais tradicionais, juntamente com vários órgãos de governo, a realizarem o Programa de Fortalecimento das Vocações das Comunidades Rurais do Vale do Ribeira - Agenda Rural (AR), através de oficinas de planejamento participativo que ocorreram entre 2000 e 2002, culminando no Encontro Regional para a consolidação de suas demandas e prioridades.

Os princípios de solidariedade e de participação nortearam os trabalhos em todas as etapas, o que significa um avanço qualitativo de grande importância para uma região como o Vale do Ribeira, cuja institucionalidade sempre foi fortemente baseada no "clientelismo" político e econômico.

Entre as vocações que a região apresenta, o ecoturismo e o turismo de balneário são as mais evidentes. No chamado Alto Ribeira, localiza-se uma importante concentração de caver-

nas, e no Lagamar, que vai da Estação Ecológica da Juréia-Itatins até o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, estão presentes importantes patrimônios naturais devido à diversidade biológica, marinha e terrestre. A delimitação para o interior se dá pelo "contínuo ecológico" de Paranapiacaba - um extenso corredor coberto por densa floresta que permite a livre disseminação de espécies da fauna e da flora da Mata Atlântica -, formando o alinhamento de diversas serras onde foram implantadas várias Unidades de Conservação (Figura 1). A cultura caiçara, que guarda as características centenárias da colonização no entorno das primeiras vilas brasileiras de Iguape e Cananéia, constitui-se num patrimônio histórico e cultural muito atraente. O Médio Vale se caracteriza pela predominância da lavoura da banana, adaptada às áreas de várzeas e encostas dos morros e serras, que divide seu espaço com o chá, horticultura e floricultura, em direção ao baixo curso do Ribeira. A mineração de areia e calcário completa o quadro econômico da região que, em resumo, pode ser caracterizada como exportadora de recursos naturais, resultante do extrativismo florestal e pesqueiro, e de produtos agrícolas, agregando pouco valor à sua produção.

Por outro lado, as restrições da legislação ambiental ao plantio tem aumentado a dependência dos moradores por alimentos vindo de fora da região, comprados ou recebidos através de programas de governo (cesta ou cartão de alimentos), configurando-se num problema para a segurança alimentar da população local, dada a perda de autonomia para a produção de subsistência.

Desde os anos 60s, vários órgãos de governo atuaram na área, mas fizeram tal atuação com propostas prontas e megalomânicas que mais desperdiçavam recursos que leva-

¹Trabalho apresentado no XI Congresso Mundial de Sociologia Rural, 25 a 31 de julho de 2004, Trondheim/Noruega e no VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção (SBSP), 20 a 22 de outubro de 2004, em Aracaju (SE). Registrado no CCTC IE-72/2004.

²Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola, Coordenador da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (e-mail: devancyr@iea.sp.gov.br).

³Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: denyse@iea.sp.gov.br).

⁴Biólogo, Técnico da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (e-mail: maudecarvalho@ig.com.br).

⁵Turismóloga, Técnica da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (e-mail: micheleroth13@hotmail.com).

nas diretrizes do desenvolvimento sustentável regional.

2 - OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho são os de registrar o processo de realização das oficinas de diagnóstico participativo da "Agenda Rural", sistematizar as demandas das comunidades rurais tradicionais do Vale do Ribeira e realizar uma reflexão teórica sobre este tipo de comunidade no Brasil e como ele pode se inserir num mundo globalizado, mas sem perder a própria identidade.

3 - METODOLOGIA

O esforço foi canalizado para a articulação dos atores sociais envolvidos para estabelecer um diálogo com o Poder Público e garantir a participação e o acesso das comunidades rurais às tomadas de decisões sobre as políticas públicas determinantes do rumo do desenvolvimento regional. O enfoque dado foi o da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1947), baseando-se no princípio que o objeto da investigação é constituído pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados, e a partir dessa realidade procura-se aumentar o conhecimento ou o "nível de consciência" dos grupos envolvidos, importante para os passos seguintes da coletividade na resolução dos problemas. Os agricultores familiares do Vale do Ribeira que vivem em comunidades rurais compartilham coisas comuns, muito além do trabalho. Festas, músicas e costumes são elementos importantes para que o grupo se identifique como uma comunidade. Essas atividades unem as pessoas no tempo presente, fortalecendo os laços de convivência, possibilitando uma segurança para o futuro e fazendo, também, com que novas gerações conheçam e respeitem as suas raízes do passado.

Por isso o trabalho foi realizado com essas comunidades seguindo algumas etapas, registradas em Agenda Rural (2001), Carta da Ilha Comprida (2001) e Romão et al. (2003). As reuniões e oficinas seguiram com técnicas de planejamento participativo ZOPP (GTZ, 1997), sendo que, foram realizadas reuniões preparató-

rias⁶ para a escolha e a formação de grupos de agentes locais, que são pessoas envolvidas com as comunidades em trabalhos ligados à saúde (agentes de saúde), meio ambiente (monitores ambientais), membros de sindicatos, técnicos dos órgãos envolvidos, assim como pessoas com o espírito de multiplicação visando o bem comum. Os agentes locais tiveram um papel decisivo em todo o processo, no suporte técnico dado às atividades necessárias para a comunidade acompanhar e participar das oficinas e na mobilização para o debate e a escolha dos representantes comunitários.

A região foi dividida em 5 sub-regiões, segundo a proximidade dos municípios, e esses agentes foram até as comunidades rurais e fomentaram discussões para que os próprios moradores pensassem em seus problemas e propostas de solução. Cada comunidade elegeu representantes com a incumbência de levarem os resultados da primeira rodada de discussões para as Oficinas Sub-regionais de Planejamento Participativo. Durante as Oficinas foram diagnosticados os sonhos e demandas das comunidades. Após essa etapa, os representantes reunidos por município propuseram os Planos de Ação, os quais foram elaborados a partir da decisão tomada sobre os assuntos prioritários, definindo-se quais são os desafios que dependem mais da comunidade e quais dependem mais de ações dos governos municipal, estadual e federal (grau de governabilidade para as ações).

As prioridades apontadas pelas comunidades foram consolidadas para cada município e analisadas conforme a tipologia socioeconômica e ambiental realizada em trabalho anterior que retrata a heterogeneidade estrutural entre os municípios da região. Assim, foi possível sistematizar as demandas e, ao mesmo tempo, realizar uma reflexão sobre o desenvolvimento regional.

⁶Deve-se esclarecer que houve uma Comissão Gestora na proposição e organização dos trabalhos constituída por: SINTRAVALÉ (Sindicato Regional da Agricultura Familiar), CODIVAR (Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira), CBH (Comitê de Bacias Hidrográficas), SMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), SS (Secretaria Estadual da Saúde), ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Agenda de Ecoturismo - CEPAM (Fundação Prefeito Faria Lima)/IEA (Instituto de Economia Agrícola), CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Comunidade Ativa.

4 - REFERENCIAL TEÓRICO⁷

A pujante natureza e riqueza cultural da Região do Vale do Ribeira⁸, outrora identificada como obstáculo ao desenvolvimento capitalista, no início da década de 1980 passou a ser reconhecida pela importância que tem na conservação do meio ambiente, porém com uma visão ortodoxa de muitos estudiosos e governantes que optaram por torná-la intocável. Somente depois de 20 anos de luta dos movimentos de produtores e trabalhadores rurais, as visões de desenvolvimento sustentável e do socioambientalismo foram internalizadas nos órgãos de governo. Nessa perspectiva, algumas questões podem ser discutidas à luz da história recente da região.

4.1 - Questão da Identidade dos Agricultores Familiares

No Brasil, pode-se afirmar que, historicamente e de maneira geral, *"a agricultura camponesa nasceu sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade"* (LAMARCHE, 1997, p. 180).

Estima-se que, em 1996, 85,2% dos estabelecimentos rurais do País estavam dentro da categoria de agricultura familiar, ocupando apenas 30,5% das terras desbravadas e respondendo por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária (INCRA/FAO, 1999, p.15). Essa importância da agricultura familiar, ao longo da história, não correspondeu a uma necessária legitimidade social para que fossem atendidas suas especificidades nas políticas agrícolas então implantadas.

Pode-se afirmar que a identidade social

da agricultura familiar no Brasil tem sido construída com a combatividade dos movimentos sociais de pequenos produtores, posseiros e trabalhadores rurais sem terra, que lutam pelo acesso à sua condição de cidadãos e agricultores. A delimitação do próprio espaço social para os produtores familiares encontrou dificuldades na estrutura sindical existente cuja representatividade era dada para duas categorias: do patronato ou dos trabalhadores assalariados. Muitas mudanças vêm ocorrendo e, mesmo no Vale do Ribeira, já existem sindicatos que representam os agricultores familiares.

Em relação ao futuro da categoria, o caminho escolhido tem sido contar com eles mesmos na própria organização ao invés de depender do Estado, cujo apoio esperado e anunciado nem sempre se concretiza; ou depender do mercado mundial, cujo comércio de produtos agropecuários está sujeito a competir com a agricultura altamente subsidiada dos países desenvolvidos; ou com as grandes empresas capitalistas do sistema agroalimentar internacional.

Dada a constituição característica da região do Vale do Ribeira, na realidade, considera-se que a identidade cultural desses agricultores, vivendo em comunidades rurais, é a verdadeira riqueza que possuem como potencial para uma inserção local-global.

4.2 - Questão da Vocação para o Ecoturismo

Como alerta Rodrigues (1997, p. 42-43), na bibliografia relacionada ao turismo, este geralmente é tratado sob dois enfoques em separado: um que trata da produção e dos produtores da "paisagem" e outro que analisa o consumo da paisagem, do território e do espaço. Porém, paisagem "produzida" e paisagem apropriada pela atividade turística são elementos de análise que não podem estar dissociados. A atividade turística produz territórios como as demais atividades do modo industrial de produzir mercadorias e na sua essência é insustentável, pois tem-se de levar em conta que toda produção é ao mesmo tempo destruição, ou seja, trata-se da chamada produção destrutiva. Sendo assim, a sustentabilidade não pode ser pensada numa única atividade, dada a inter-relação que existe entre todas as atividades econômicas. É preciso pensar o ecoturismo não apenas como consumo direto da "paisa-

⁷Parte deste item foi baseado no relatório de pesquisa, realizado em parceria com FEHIDRO/CEPAM/IEA, "Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo".

⁸Várias áreas do Vale do Ribeira são reconhecidas internacionalmente como patrimônio natural ou histórico da humanidade, inclusive, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica criada pela UNESCO.

gem”, natural ou histórica, mas o circuito produtivo de forma ampla, analisando-o pelo viés do desenvolvimento sustentável. Ou ainda, sabendo-se da sua essência insustentável e destrutiva, ir além dos atributos negativos, levando em conta que o local não pode mais ser analisado como o portador do exótico, da singularidade, mas sim que está sendo cada vez mais apropriado fragmentadamente pelo global e que o ecoturismo precisa ser compreendido também no âmbito das outras atividades econômicas⁹.

Portanto, torna-se importante fornecer as bases para uma forma de inserção da população do Vale do Ribeira em atividades que garantam sua existência e sobrevivência, tendo como aliado o interesse humano pelo legado natural, cultural e étnico da região, buscando melhorar as condições de vida sem alterar o modo de vida das comunidades locais. A alternativa do ecoturismo deve ser compreendida como uma atividade econômica complementar àquelas já realizadas pelas comunidades e, através do gerenciamento participativo para a preservação ambiental e sustentação das populações locais, deve integrar a atividade turística às outras atividades, tais como: o artesanato, o processamento de alimentos de forma artesanal, a pesca artesanal, a criação de frutos do mar auto-sustentada, o manejo auto-sustentado da mata e dos mangues, a agricultura não agressiva ao meio ambiente, a conservação do patrimônio cultural e natural, o monitoramento das atividades de visitação aos atrativos turísticos, etc. Também deve haver um esforço no sentido de a própria comunidade buscar prover o abastecimento de alimentos da população local e dos turistas em visita. A agroecologia e outras formas ecológicas de produção de alimentos e de outros bens, realizadas dentro dos limites de terrenos apropriados para cultivos, juntamente com técnicas de sistemas agroflorestais e de manejo sustentável de espécies, devem fazer parte de um conjunto de atividades econômicas que busquem a sustentabilidade e se integrem ao ecoturismo.

⁹O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) apresenta também uma proposição, que envolve o desenvolvimento sustentável da agricultura, o meio ambiente e o turismo, fundamentada na constatação de que não é possível separar o agrícola do rural, defendendo uma concepção de agricultura ampliada, que integra a gestão dos sistemas agroalimentares e do território rural.

4.3 - Confronto Ambientalismo x Socioambientalismo no Vale do Ribeira

O principal confronto teórico identificado na questão do desenvolvimento regional do Vale do Ribeira refere-se concretamente à necessidade de **cercar ou não a natureza para manter a diversidade biológica**. Como aponta Posey (1984), entre os biólogos existe a seguinte visão com relação à diversidade: o reconhecimento de que há maior conhecimento sobre a variedade de fauna e flora em áreas onde existem ou existiam populações tradicionais, sugerindo que esta diversidade teria se formado devido ao manejo dos recursos por esta população. A diversidade cultural surge em decorrência da necessidade de adaptação do Homem aos diferentes ecossistemas, sendo veiculadora de maior diversidade biológica. A diversidade cultural deveria ser mantida e incentivada pelo fato de que ela guarda profunda interligação com a diversidade biológica. Referindo-se à Amazônia, por exemplo, Posey (1984, p. 37) afirma que ela compõe-se de uma grande variedade de zonas ecológicas, que só recentemente os biólogos e ecologistas reconheceram a complexidade do assunto. Porém, os indígenas já lidavam com ela, pois a consciência dessa variedade é um conhecimento incorporado à herança cultural que recebem de seus antepassados¹⁰.

Guardadas as devidas proporções entre as comunidades indígenas da Amazônia e as comunidades rurais tradicionais do Vale do Ribeira, é possível que os principais movimentos ambientalistas que deram sustentação às intervenções do Estado na criação (em alguns casos), implantação e gerenciamento de algumas das Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, tivessem uma visão menos flexível que a de Posey com relação à capacidade de comunidades locais abraçarem um projeto de desenvolvimento

¹⁰“Os índios vivem há muitos séculos na Amazônia sem causar dano ao meio ambiente. Seu conhecimento sobre a flora, a fauna e a própria ecologia é extremamente variado. Se a Amazônia é a porta que dá acesso ao futuro do país, os índios é que têm a chave; seus conhecimentos poderiam apontar caminhos para o desenvolvimento da região que não prejudiquem as riquezas e as culturas locais. Os cientistas deveriam trabalhar o mais rapidamente possível, por exemplo, em pesquisas sobre a classificação dos ecossistemas amazônicos desenvolvida por essas tribos. Há muito pouco tempo para salvar esse patrimônio de conhecimento e os índios que o detêm” (POSEY, 1984, p. 36).

sustentável, e as incluíram nas áreas definidas para a preservação e conservação do meio ambiente sem que um diálogo resultasse em “compreensão” dos motivos das partes envolvidas, resultando na manifestação de interesses díspares que acabaram em conflito.

Dois autores, Paoliello (1992) e Queiroz (1992), sintetizam bem esse momento da história do Vale do Ribeira ao analisar a situação de moradores da região, especialmente em Unidades de Conservação. No Estado de São Paulo, entre 1985 e 1988, ocorre o fortalecimento da questão ambiental e o enfraquecimento da questão agrária. Os posseiros e pequenos agricultores da região percebem muito bem essa mudança de interesse do Estado e da Sociedade, e sentem-se traídos pelos ambientalistas, até então seus aliados, pois teriam deixado a luta pela realização da regularização fundiária e da reforma agrária em favor do meio ambiente.

Na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, por exemplo, povoada por comunidades rurais, os conflitos entre ambientalistas e moradores, em boa parte, colocam-se em torno da polêmica sobre as possibilidades de desenvolvimento individual ou coletivo numa "cultura ecológica". Os ambientalistas argumentam que a sociedade baseada no crescimento ilimitado produzirá brevemente o esgotamento dos recursos naturais, impedindo o desenvolvimento e a criatividade dos indivíduos. Os moradores da Juréia argumentam que não imaginam um desenvolvimento futuro e, no presente, eles têm certeza que a liberdade e a possibilidade de crescimento estão profundamente limitadas pela "cultura ecológica". A partir do controle efetivo do Estado sobre as áreas desapropriadas para preservação (a imissão de posse é o instrumento legal que permite este controle) e as estratégias de fiscalização da polícia florestal, a população das comunidades locais passaram a se mobilizar para enfrentar o que consideram como limites postos a sua liberdade e sobrevivência (QUEIROZ, 1992).

No Brasil, uma questão profunda e inquietante é como diminuir a desigualdade social ao mesmo tempo em que deve-se evitar a degradação das bases materiais para o desenvolvimento econômico. Pois, não se pode sujeitar uma sociedade democrática a uma visão elitista do meio ambiente. Um dos principais movimentos sociais, o dos seringueiros da Amazônia, liderado por **Chico Mendes**, deixou como herança a cla-

reza da interseção das questões social e ambiental na realidade brasileira, que emerge como uma questão socioambiental (SILVA, 2001, p. 206).

Proibição, coação e cerceamento parecem termos muito fortes para a maneira como se desenrolou a história recente da região do Vale do Ribeira, mas eles traduzem os sentimentos das comunidades que aprenderam com a situação vivida e passaram a reagir, a se organizar e a exigir o direito ao acesso à terra para cultivar, às águas para pescar e a um planejamento e gestão sustentável dos recursos naturais que incluísse a necessidade de reprodução das suas existências. Por isso, torna-se conveniente discutir os elementos que permitam às comunidades examinarem seus potenciais para debaterem caminhos que possam ser (re)tomados e/ou abandonados.

5 - REALIDADE SOCIOECONÔMICA DO VALE DO RIBEIRA

A Região do Vale do Ribeira no sudeste do Estado de São Paulo (Brasil) abrange um dos últimos redutos da Floresta Atlântica no País, além de abrigar o Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape - Cananéia - Paranaguá. Esses recursos naturais comportam flora e fauna diversificadas mantidas em Unidades de Conservação de várias categorias contemplando diversos usos, desde o lazer para a população em geral, até o uso restrito para a pesquisa científica, e englobam cerca de 60% do território regional. A região é composta por 23 municípios, totalizando pouco mais de 350.000 habitantes, e se caracteriza pela presença de cerca de 500 comunidades caiçaras e caipiras, incluindo quilombolas e aldeias indígenas, que abrigam uma população estimada em mais de 35% do total de habitantes.

Os condicionantes históricos ao desenvolvimento local têm como origem diferentes tipos de restrições, que estão ligadas, principalmente: à natureza das terras não apropriadas para a agricultura capitalista intensiva; aos problemas fundiários que atingem grande parte do território; aos conflitos ambientais, fruto de políticas autoritárias; à deficiência de infra-estrutura; entre outras. Tais restrições refletem-se nas dificuldades para dinamizar o mercado local/regional, para o acesso às políticas de crédito agrícola e de outras modalidades de financiamentos, e na diminuição das oportunidades para a criação de empregos e

a geração de renda, reforçando os entraves ao desenvolvimento econômico e social.

Na região do Vale do Ribeira, cerca de 1,5 milhão de hectares (ha) de terra encontram-se juridicamente pendentes em processos de regularização fundiária, o que chega a representar cerca de 40% de seu território. Em relação à área do Estado de São Paulo com problemas de legitimação de posse, representa 35% desse total, ou seja, é a região com situação dominial pendente de maior importância no estado. Historicamente foi palco de graves conflitos pela posse da terra envolvendo, de um lado, grileiros e seus jagunços e, de outro, os posseiros, legítimos postulantes. A regularização fundiária nesse contexto garantiria ao pequeno posseiro o domínio da terra, condição necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico. Como bem coloca Moraes (2000, p. 20), a busca de áreas inadequadas à ocupação, física ou legal, por populações de baixa renda se dá pela insuficiência de mecanismos da sociedade em lhes prover condições de inserção no sistema produtivo, retratando no espaço a sua exclusão social.

No Vale, essa exclusão resulta em um tipo de *"ruralismo de risco"*, pois a ocupação pela agricultura familiar, ainda no período colonial, processou-se primordialmente na forma de posse em terras ambientalmente frágeis (encostas de serras e beira de águas). Com o aumento da especulação imobiliária nos anos 70s e 80s, a população se viu à mercê de grileiros, jagunços e ameaças de morte. O Governo do Estado na época acenou com a possibilidade de titular as terras dos posseiros. Porém, o avanço de uma das vertentes do movimento ambientalista nas esferas de governo fez com que as ações em direção à regularização fundiária da região recuassem. Houve, então, a implementação de uma política ambiental autoritária, sem promover a gestão e o planejamento para um desenvolvimento sustentável das comunidades dentro dos parques e estações.

O significado que as Unidades de Conservação Ambiental (UCAs) possuem para a região é compreendido quando se observa que nessas áreas chega próximo a 2.974 o número estimado de famílias moradoras. Os Parques Estaduais (7) e as Estações Ecológicas (3) são unidades de Proteção Integral, abrangendo vários municípios da região (Quadro 1 e Figura 1), além das Áreas de Preservação Ambiental (APAs), em número de 7, e da Reserva da Biosfera. Chama a

atenção a riqueza dos ecossistemas e da biodiversidade da fauna e flora, além da importância que as águas (nascentes, mananciais e rios perenes) têm para o restante do estado.

Apesar de quase sempre ser apontada como uma região homogênea, isto não reflete a realidade de sua diferenciação interna (CHABARIBERY, 1999). Baseada em uma tipologia construída para os municípios do Vale do Ribeira, que faz um diagnóstico das diferenças sociais, econômicas e ambientais entre eles, fez-se uma síntese das variáveis encontradas para os municípios agrupados em 5 classes (CHABARIBERY et al., 2000) (Quadro 2 e Figura 2).

Em termos gerais pode-se afirmar que os municípios da classe 1 são os mais pobres e carentes da região e os da classe 5 estão medianamente situados. No campo intermediário, a classe 2 é de cidades litorâneas relacionadas a casas de veraneio e as classes 3 e 4 seriam os representantes da média da região. Esta síntese permite visualizar a heterogeneidade estrutural da região e suas carências. Constata-se que a agricultura familiar de baixa renda está presente de modo predominante. Nas classes 2 e 5, predomina a agricultura patronal, porém não são municípios tipicamente agrícolas, com tipos de comunidades mais urbanizadas.

A região apresenta baixos índices de condições de vida comparados com o restante do Estado de São Paulo, mas é possível chamar atenção para aquelas variáveis que estariam relacionadas à implementação de uma infra-estrutura básica, representadas pela energia elétrica e o saneamento básico (bem-estar rural) e aquelas ligadas às cinco dimensões sociais que determinam as condições de vida da população: educação, longevidade, infância, renda e habitação (índice de condições de vida). Em todas as classes, a pior dimensão está relacionada à educação.

Reflexo das vastas áreas dentro de unidades de conservação, todas as classes de municípios participam com altíssimas porcentagens de terras com restrições para atividades agropecuária. Porém, apesar de parecer contraditório, com exceção da classe 2, as outras dependem da agricultura para a geração de emprego e de renda, fato que está também relacionado ao baixo dinamismo econômico da região, colocando-a na dependência das atividades rurais para a população. O baixo dinamismo econômico tam-

QUADRO 1 - Unidades de Conservação Ambiental no Vale do Ribeira

(continua)

Nome/diploma legal	Municípios abrangidos	Área aprox. (ha)	Infra-estrutura	N. de famílias	Ecosistema	Flora ¹	Fauna ¹	Águas
Parque Estadual da Serra do Mar D.E. 10.251/30/08/77	Juquitiba, Peruibe, Itariri, Pedro de Toledo	309.000 (42.737 no Vale)	14 núcleos (8 no Vale)	514	Mata Atlântica (de campos de altitude a manguezais, engloba todos os tipos de vegetação costeira existente)	paineira-vermelha, orquídea rainha-da-serra, cacheiro, sabiaca, cuiú-cuiú, juruva-verde, pica-pau-rei, beija-flor estrelinha-ametista	anta, onça pintada, suçuarana, gato-mourisco, preguiça, ouriço-verte, cachoeiras	detém a maior parte das nascentes dos rios que vertem para o Atlântico; cachoeiras
P.E. Intervalles D.E. 40.135/08/06/95	Iporanga, Sete Barras, Eldorado	42.000 (7.888 já nados a Quilombolas)	Hospedagem p/ 100 pessoas monitores locais e núcleo de pesquisa	313	Mata Atlântica Relevo de origem calcária, com formações de cavernas e sumidouros	bromélias, orquídeas, canela, cedro, Euterpe edulis (palmito)	onça pintada, monocarvoeiro, lontra, Fauna cavernícola Avifauna c/ mais de 300 esp., incl. jacutinga, gavião-pega-macaco	áreas de mananciais de 2 B.H.: Ribeira de Iguape e Paranapanema que verte para o interior
P.E. Turístico do Alto Ribeira D.E. 32.283/58/28.086/88	Iporanga e Apiaí	35.884	monitores locais Núcleos: Santana, Caboclos e Ouro Grosso	255	Mata Atlântica Primitiva (Serra de Paranapiacaba). Sistema espeológico (250 cavernas cadas-tradas)	Florestas de planície litorânea, de encosta nebulosa e de campos	Fauna cavernícola Bagre-cego, falso-escorpião, piolho de cobra, morcegos	Drenado pelas bacias dos rios Bethary e Iporanga, afluentes do Ribeira de Iguape
P.E. de Jacupiranga D.L.E. 145/08/08/69	Eldorado, Cajati, Jacupiranga, Iporanga, Barra do Turvo, Cananéia	150.000	Núcleos Caverna do Diabo e Cedro Hospedagem e Alimentação	1.310	Pequenas planícies, vales fluviais e grande conjunto serrano (Guaraú, Gigante e Cadeado)		mico-leão-de-cara-Preta, mico-leão-caiçara, mono-carvoeiro anta, ariranha; aves: Criciósuiço, gavião-real, etc.	
P.E. de Pariqueira "Campina do Encantado" L.E. 8.873/16/08/94	Pariqueira-Açú	2.360	Núcleo de visitação		Mata Atlântica; Serra do Momuna; Mata de Restinga; Campos de Várzea; Planícies inundáveis; guanandizal	araçá, jerivá, palmito, caxeta	papagaio-de-cara-roxa, pavó, gavião-de-penacho, maria-da-restinga, lontra, Paca, jaguatirica, capivara, etc.	Rio Ribeira de Iguape (margem direita)

¹Refere-se a espécies com risco de extinção.

Fonte: Dados básicos do Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo. São Paulo: SMA, 2001, complementados com várias consultas durante a pesquisa.

QUADRO 1 - Unidades de Conservação Ambiental no Vale do Ribeira

(continua)

Nome/diploma legal	Municípios abrangidos	Área aprox.(ha)	Infra- estrutura	N. de famílias	Ecosistema	Flora ¹	Fauna ¹	Águas
P.E. Carlos Botelho D.E. 19.499 10/09/82	No Vale: Tapiraí e Sete Barras	37.644 (total) (23.558 no Vale)	Ativ. Educ. Amb. capacid.40 pess. monitores locais núcleo de pesqu.	108	Floresta Atlântica		onça, mono-carvoeiro; jacutinga, macuco, jacuquagu, jaó-do-litoral, pavó, gavião-pomba, apuim-de cauda-amarela, cachorro-vinagre, cágado-pescoço-compri.	Ribeirão da Serra, Rio Taquaral
P.E. da Ilha do Cardoso D.E. 40.319 de 03/07/62 e D.E. 9.414 de 20/01/77	Cananéia	22.500	Alojamento p/ 40 pessoas núcleo de pesquisa em Perequê	100	Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia-Iguape-Paranaguá (mangue, baías, morros isolados, desembocaduras de rios e vários tipos de ilhas)	Mata Atlântica de altitude e de encosta (986 espécies de plantas). Também vegetação de mangue.	berçário de espécies marinhas; jacaré-de-papo-amarelo, papa-gaio-de-cara-roxa, onça pintada; 438 espécies de aves, inclui migratórias. Criatório de 5 espéc. de tartaruga marinha	Mar de Dentro, Baía de Trapandé
Estação Ecológica dos Chauás D. 12.327 26/09/78 D.E 26.719 06/02/87	Iguape	2.699			Florestas de encosta e matas de planícies flúvio-marinhas, flúvio-lagunares e turfeiras, florestas de restinga	vegetação paludoas (sobre solos turfosos), guanandizais	220 espécies de aves: papagaio-de-cara-roxa ou chauá, bate-bico, joão-do-brejo. Jacaré-de-papo-amarelo, capivara mão-pelada, lontra	Rio Momuna, Rio Covuçu
E.E. Juréia-Itatins (parte em 1958) D.E. 24.646 20/01/86 Lei 5.649 28/04/87	Iguape, Peruíbe, Miracatu, Itariri	79.230		374 (inclui aldeia)	Serras de Itatins, do Bananal e de Peruíbe (Mata Atlântica)	Veg. de restinga, manguezais, banhados, praia e costões; Palmito madeiras nobres (jacarandá, cedro guapuruvu, jatobá	+ de 300 aves migratórias: tucano-de-bico-verde, socó-boi-escuro, araponga, onça pintada, mono-carvoeiro, jaguatirica e rato-da-taquara	
E.E. Federal Tupiniquins (Ilhas) D.F. 92.964 21/07/86	Em Peruíbe e em Cananéia	+ de 20			Ilhas e Lajes costeiras Importante ponto de pouso e reprodução de aves marinhas.		fragata, gaivotão, trinta-réis-de-bico-amarelo, atobá-marron No inverno recebe: Lobo e leão marinho	Mar aberto

¹Refere-se a espécies com risco de extinção.

Fonte: Dados básicos do Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo. São Paulo: SMA, 2001, complementados com várias consultas durante a pesquisa.

QUADRO 1 - Unidades de Conservação Ambiental no Vale do Ribeira

(conclusão)

Nome/diploma legal	Municípios abrangidos	Área aprox.(ha)	Ecossistema	Flora ¹	Fauna ¹	Águas
Área de Preservação Ambiental da Serra do Mar (APA Serra do Mar)] D.E. 22.717 - 21/09/84	Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Sete Barras, Barra do Turvo, Tapiraí, Eldorado, Juquitiba, Iporanga	469.450	Escarpas da Serra de Paranapiacaba, morretes, colinas e planícies			Rios: Ribeira de Iguape, São Lourenço da Serra, Quilombo, Pilões e Juquiá
APA Federal de Cananéia, Iguape e Peruíbe (APA CIP) D.F. 90.347/84 e D.F. 91.892/85	Peruíbe, Pedro de Toledo, Miracatu, Itariri, Ilha Comprida, Iguape, Cananéia e Ilhas	217.060 (200km de litoral)	Complexo Estuarino-Lagunar			
APA Estadual de Ilha Comprida D.E. 26.881/87 - estabeleceu a ZVS - D.E. 30.817/89 criou a APA	Ilha Comprida	18.923	Ilha barreira (aberta ao Oceano Atlântico)	Veg. de restinga, banhados e dunas	refúgio de espécies marinhas migratórias	Rio Cadanpui Lagoas de água doce
Área Relevante de Interesse Ecológico Estadual da Zona de Vida Silvestre Ilha Comprida - D.E. 30.817/89 declarou a APA e parte como ARIE	Ilha Comprida	13.024	Florestas de planície litorânea e seus ecossistemas associados.	Veg. de dunas e de brejos de água salobra, caxetais	capororoca (pato migratório do RS), papagaio-da-cara-roxa (ninhas), gaivota rapineira, cachalote-pigmeu e baleia-piloto-de-peitorais-curtas	lagoas de água doce
ARIE Federal da Ilha do Ameixal - D.F. 91.889/85	Peruíbe e Iguape	400	manguezais			Rio Una do Prelado
ARIE Federal das Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena - D.F. 91.887/85	Peruíbe e Itanhaém	33			endemismo: jararaca ilhoa (veneno mais tóxico dentre a espécie)	
ASPE Federal Juréia P.F. 186/86	Iguape	5.758	Maciço da Juréia			Rio Verde

¹Refere-se a espécies com risco de extinção.

Fonte: Dados básicos do Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo. São Paulo: SMA, 2001, complementados com várias consultas durante a pesquisa.

QUADRO 2 - Síntese da Tipologia Socioeconômica, Agrícola e Ambiental dos Municípios do Vale do Ribeira

Classe/ Municípios	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Indicador	Apiá, B.do Chapéu, B.do Turvo, Iporanga, Itaóca, Itapira- puã Pta. e Ribeira	Cananéia e Peruibe	Eldorado, Tapirai, Juquiá, Miracatu, Jacupi- ranga Cajati, Iguape, Itariri, P. de Toledo	Registro, Sete Barras e Pariquera- Açu	São Lourenço da Serra Juquitiba
Tipo de agricultura predominante	familiar	patronal	familiar	familiar empresarial	patronal
Bem-estar rural	muito baixo	alto	médio	médio	alto
Grau de modernização agrícola	baixo	baixo	médio	médio	alto
Incidência de pobreza	alta	alta	média	média	média
Importância da renda rural	alta	baixa	alta	alta	alta
Dependência de emprego agrícola	alta	baixa	alta	alta	baixa
Nível do índice de condições de vida do município (icvm)	muito baixo	baixo	baixo	médio	médio
Pior dimensão do icv (índice de condições de vida)	educação, infância e renda	educação	educação	educação	educação
Entorno socioeconômico	estagnado	Dinâmica média	baixa dinâmica	baixa dinâmi- ca	dinâmico
Restrições naturais p/ agricultura	altíssima	Altíssima	altíssima	alta	altíssima
Vocação para vida silvestre	altíssima	Altíssima	altíssima	média	baixa
Nível de comunidade	local	local	local	local	-
Tipo de comunidade	predom/te rural	predom/te urbana	signif/te rural	signif/te rural	predom/te urbana

Fonte: Elaborado a partir de Chabaribery et al. (2000).

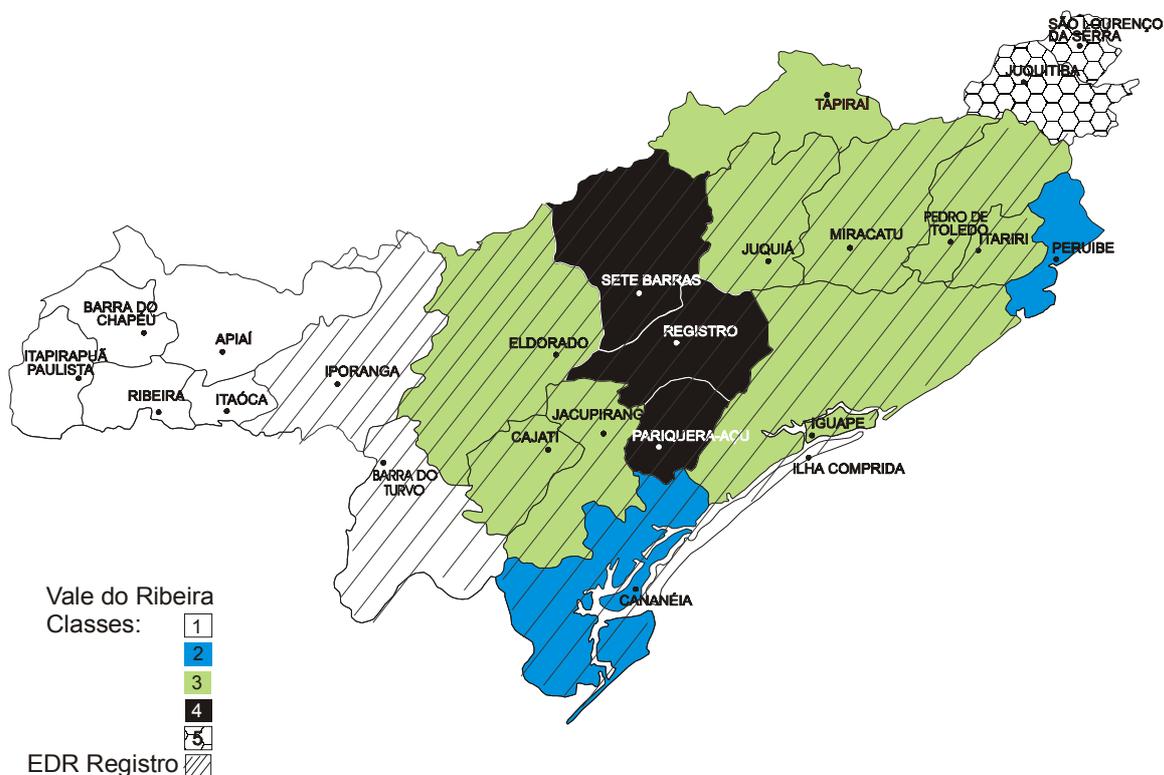


Figura 2 - Tipologia Socioeconômica, Ambiental e Agrícola dos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo.
Fonte: Chabaribery et al. (2000).

bém se reflete na alta incidência de pobreza na região.

6 - DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES PELAS COMUNIDADES RURAIS

Os agentes locais mobilizaram as comunidades rurais para falarem de seus sonhos e desejos que foram levadas nas oficinas sub-regionais, nas quais fez-se o esforço de clarear o que cada assunto abordado representava de fato, buscando hierarquizá-los para que ao final se pudesse chegar à definição das prioridades a serem transformadas em ações. Foi um processo muito rico e que conseguiu envolver pessoas muito simples que, além das inúmeras dificuldades materiais enfrentadas no dia a dia, tinham "dificuldade de falar em reunião, vergonha de fazer perguntas e falta de confiança nos projetos", como expressou-se um participante. Sendo assim, a população apresentava baixa expectativa com relação às oficinas de planejamento e foi preciso vencer a timi-

dez das pessoas através da valorização de cada contribuição sem deixar que uma se sobrepusesse a outra, conformando uma rede de trabalho e organização para o desenvolvimento sustentável.

6.1 - Formação de um Pacto Social: qual o sonho para o Vale do Ribeira?

No início dos debates os representantes foram estimulados a apresentarem os sonhos das comunidades, a curto e médio prazo, buscando estabelecer um pacto social que fortalecesse uma rede de participação, que desafiasse as dificuldades e valorizasse os objetivos em comum do grupo. Depois da fase de mobilização e das decisões tomadas em cada comunidade, o representante participou com uma missão, a certeza de estar trazendo, além do papel com as anotações, toda a confiança e a força do lugar em que vive. Este pacto foi construído em forma de árvore em vários níveis. A seguir apresenta-se a árvore dos sonhos de médio prazo para o Vale do Ribeira (Figura 3).

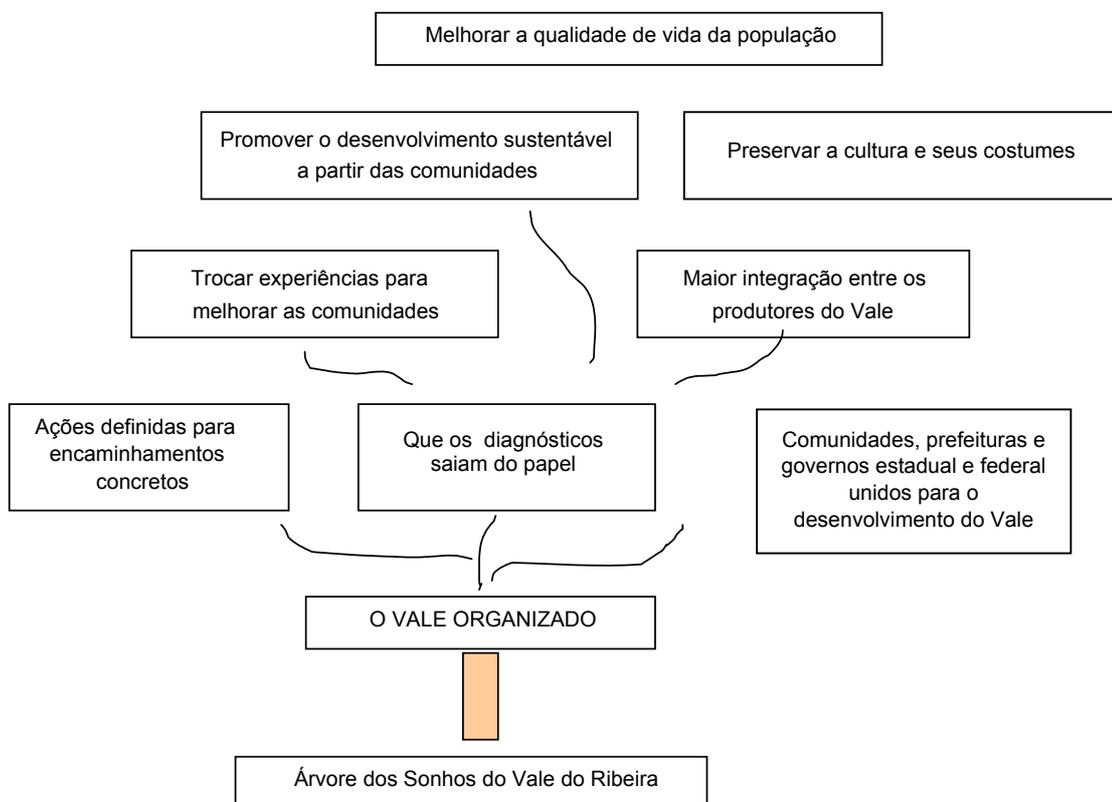


Figura 3 - Árvore dos Sonhos do Vale do Ribeira.

Fonte: Dados da pesquisa.

Para o curto prazo, os sonhos refletem demandas prementes em uma extensa lista que percorrem todas as carências sentidas pela população, traduzidas como dificuldades em: abertura e conservação de estradas, postos de saúde (atendimento médico e dentário), escola (inclusive para alfabetizar adultos), creche, merenda escolar, banheiro na escola, transporte escolar, transporte coletivo (linhas regulares), guarita para ônibus, barco (muitas comunidades se localizam em lugares cujo acesso somente é feito por água), lazer (quadras), água tratada, energia elétrica, orelhão (telefone comunitário), reciclagem de lixo, banheiro nas casas, construção de pontes, trator comunitário, comercialização de produtos agrícolas sem atravessador, feira do produtor, acesso a sementes, mudas e insumos agrícolas, informações para melhor manejo da terra, assistência técnica agrícola do Estado, financiamento subsidiado para a agricultura, combate a morcegos, sede para Centro Comunitário, fomento para cooperativas de produtos e agroindústria rural (leite, doces, mandioca, cana-de-açúcar, arroz e banana), estrutura para turismo e ecoturismo, incentivo ao artesanato (fibra, argila, madeira), conseguir licenciamento para plantar, regularização das terras, apoio a pesca artesanal, etc.

Também, nessa fase, esboçaram a necessidade de fortalecimento de suas vocações pois, para a geração de renda e emprego, que são os fatores importantes para alcançarem melhor qualidade de vida, teriam que ter projetos que visassem maior autonomia econômica, como conquistar selo padrão de qualidade para valorizar os produtos na comercialização, necessidade de capacitação técnica para projetos de agroindústria, visando agregação de valor, e para a formação de cooperativas para comercializar a banana, principalmente, como também outros produtos. Porém, somente após os debates nas oficinas das sub-regiões chegou-se a um consenso sobre os assuntos prioritários para cada município. Nessas os agentes locais colaboraram esclarecendo, informando e lembrando coisas, mas sempre evitaram interferir nas decisões do coletivo de representantes.

6.2 - Uma Aproximação dos Planos Municipais de Ação

As prioridades definidas nos Planos de Ação de cada município, elaborados a partir das

oficinas de planejamento, foram sintetizadas como desafios a serem enfrentados pelas 432 comunidades participantes. Segundo a tipologia adotada, agrupou-se por classe de municípios, analisando-se a coerência entre as prioridades apontadas e a caracterização socioeconômica realizada (Quadro 3).

Observando-se o elenco de prioridades de cada grupo de municípios pode-se fazer uma discussão sobre como em cada uma das classes as comunidades, apesar da profunda carência em todos os temas que muitas apresentam, conseguiram traduzir seus pontos de estrangulamento. É importante registrar que a organização e a participação das comunidades e dos produtores rurais foi apontada como essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável. A classe 1, que tem terras com alta restrição para a agricultura, comunidades dentro de Unidade de Conservação e níveis muito baixo de bem-estar rural e de modernização agrícola, apontou prioritariamente a necessidade de titulação das posses, inclusive dos quilombolas, a desafetação do Parque Estadual, a implantação e melhoria de infra-estrutura básica, a extensão e a assistência técnica rural juntamente com a assessoria técnica para a elaboração de projetos de manejo sustentável.

Para a classe 2, afeta mais a falta de conhecimento sobre as leis ambientais para que os projetos desenvolvidos levassem em conta os princípios de gestão ambiental, já que abrange municípios praianos que fazem parte de Áreas de Preservação Ambiental. Não apontaram deficiências de infra-estrutura como prioridade porque são cidades antigas, mas como são ligadas ao turismo é possível que os turistas tenham críticas. No entanto, como na região a Secretaria da Educação fechou muitas escolas rurais, mesmo nestes municípios as localidades mais distantes ressentem-se da falta de escolas nas comunidades.

A classe 3 juntamente com a 4, fortemente ligadas à agricultura, mas enfrentando problemas para a produção e comercialização das mercadorias, sentem fortemente a necessidade de apoio nos instrumentos básicos de política agrícola como acesso ao crédito rural e alternativas de comercialização que fortaleçam o produtor e não o intermediário. Sentem necessidade de se organizarem em cooperativas e se capacitarem para o gerenciamento das atividades do mercado em si como forma de valorizarem o próprio trabalho. Também são apontadas as condições bási-

QUADRO 3 - Síntese das Prioridades Apontadas pelas Comunidades nas Oficinas Participativas da Agenda Rural, conforme os Planos de Ação Municipais, Vale do Ribeira

Classe	Comunidades (n.)	Famílias (n.)	Desafios	G ¹
1	144	4.016	Regularização fundiária	5
			Infra-estrutura: estradas, telefone, transporte escolar, postos de saúde	3
			Assistência e extensão rural	4
			Manejo sustentável	2
			Organização (associação e cooperativa)	1
2	29	1.223	Legislação ambiental	4
			Reabertura de escolas	1
			Organização	1
3	200	15.435	Regularização fundiária	5
			Organização	1
			Crédito rural (acesso)	3
			Infra-estrutura: saúde, saneamento, escolas, Segurança, estradas, telefone	3
			Geração de emprego e renda	3
			Legislação ambiental e manejo sustentável	4
			Comercialização	3
4	44	6.360	Comercialização (cooperativa, capacitação)	3
			Legislação ambiental (adequação agrícola familiar)	4
			Infra-estrutura: escola, estrada, transporte escolar	3
			Crédito rural (acesso)	3
			Revalorizar a agricultura	2
			Regularização fundiária	4
5	15	2.900	Infra-estrutura: saneamento básico, coleta lixo, energia elétrica, transporte	4
			Controle de natalidade e de uso de drogas	-

¹ Governabilidade (G) é a condição que a comunidade tem para enfrentar um desafio e vencê-lo. 1 depende mais da comunidade; 5 depende menos.

Fonte: Dados básicos da Agenda Rural (2001).

cas dadas por infra-estrutura de saneamento, saúde, educação, transporte, comunicação, etc.

Impressionante é que na classe 5, que engloba dois municípios muito próximos à cidade de São Paulo (capital) e, portanto, fazem parte da periferia da Grande Metrópole, apresentaram detalhadamente planos com temas de infra-estrutura básica, mostrando que são regiões populosas, altamente urbanizadas, mas com os problemas recorrentes da intensa conurbação. Acresce a manifestação dos problemas ligados ao uso de drogas e ao controle da natalidade, que requerem atenção especial, principalmente entre os jovens.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Fortalecimento das Vocações das Comunidades Rurais do Vale do Ribeira (Agenda Rural) conseguiu mobilizar a população da região no diagnóstico participativo dos

seus problemas e na discussão de propostas para solucioná-los. Muitas experiências locais foram compartilhadas e ocorreu uma concreta aproximação das comunidades e de vários órgãos governamentais, obtendo-se maior homogeneização no nível de consciência dos grupos envolvidos. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que a metodologia proposta de planejamento participativo para aquelas comunidades rurais produziu efeito positivo para fortalecer a legitimidade social dos agricultores familiares e, conseqüentemente, deu-lhes forças para buscarem coletivamente uma inserção local-global, mas sem perderem a identidade cultural.

As comunidades rurais do Vale do Ribeira conseguiram alcançar um alto nível na compreensão da necessidade de seus projetos incorporarem a noção de sustentabilidade e, também, que o capital social que possuem não é desprezível para que possam levá-los adiante.

A maior consciência dos seus proble-

mas tornou os habitantes das comunidades rurais mais fortes para enfrentá-los e, principalmente, forneceu as bases para a organização de projetos comunitários para o ecoturismo sempre visan-

do o desenvolvimento sustentável, fase que vem ocorrendo em 2004 com oficinas de planejamento participativo, mas cujos projetos necessitariam do apoio de fundos de financiamento.

LITERATURA CITADA

AGENDA RURAL. **Programa de fortalecimento das vocações das comunidades rurais do Vale do Ribeira**. São Paulo: CATI, 2001. 231 p.

CARTA DA ILHA COMPRIDA. **Encontro Regional de Agenda Rural**. Ilha Comprida: Comissão Gestora, 2001. 6 p. Mimeo.

CHABARIBERY, D. **Inovação e desigualdade no desenvolvimento da agricultura paulista**. São Paulo: IEA, 1999. 178 p. (Coleção Estudos Agrícolas, 7/99).

_____ et al. Perfil socioeconômico e ambiental do Vale do Ribeira-SP. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000. 1 CD-ROM.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/FOOD AGRICULTURAL ORGANIZATION - FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 1999. 66 p. Mimeo.

GTZ. **Planejamento de projetos orientado por objetivos (ZOPP)**. Alemanha, 1997.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura familiar - comparação internacional: I. uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 336 p.

MORAES, M. B. R. de. **Área de proteção ambiental como instrumento de planejamento e gestão: APA Cananéia Iguape Peruíbe/SP**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

PAOLIELLO, R. **Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira: a posse como direito e estratégia de apropriação**. 1992. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

POSEY, D. A. Os Kayapó e a natureza. **CIÊNCIA HOJE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 35-41, 1984.

QUEIROZ, R. C. de. **Atores e retores na Juréia: idéias e práticas do ecologismo**. 1992. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

RODRIGUES, A. M. (1997). Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 42-54.

ROMÃO, Devancyr A. et al. (2003). **Agenda Rural do Vale do Ribeira**. 2003. 5 p. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=774>.

SILVA, M. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: VIANA, G. et al. (Org.) **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 199-212.

THIOLLENT, M. (1947). **Metodologia da pesquisa-ação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2002. 108 p. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-Ação).

**FORTALECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS NO BRASIL:
um estudo regional**

RESUMO: O trabalho analisa o processo de diagnóstico participativo da "Agenda Rural", uma série de eventos que ocorreu para dar subsídios ao Programa de Fortalecimento das Comunidades Rurais do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, no período de 2000 a 2002. Foram realizadas oficinas de trabalho por sub-região nas quais participaram 432 comunidades rurais que discutiram e priorizaram as ações a serem tomadas. Então, estabelecer um canal de diálogo entre a sociedade civil e o poder público foi a maneira de garantir a participação das comunidades nas propostas de políticas que vão determinar os rumos do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, diagnóstico participativo.

**INVIGORATION OF RURAL COMMUNITIES IN BRAZIL:
a regional study**

ABSTRACT: The work analyzes the process of participatory diagnosis for the "Rural Agenda", a series of events designed to subsidize the Ribeira Valley Rural Community Invigoration Program, in the State of Sao Paulo (BR) over the 2000-2002 period. Sub-regional workshops embracing 432 rural communities discussed and prioritized actions to be taken. The creation of a clear dialogue channel between civil society and the public power was the way to ensure the communities' participation in policy proposals that will determine directions towards regional sustainable development.

Key-words: family farmers, sustainable development, participatory diagnosis.

Recebido em 18/11/2004. Liberado para publicação em 08/12/2004.